

# MEMÓRIA, PATRIMÓNIO E VANDALISMO

PAULO OLIVEIRA RAMOS

*'Les hommes ont besoin des monuments  
pour vivre et pour se souvenir'*

Serge Tisseron

O pequeno texto que se segue é fruto de uma redescoberta que teve lugar no quadro do que tem sido o meu campo de investigação, i.e., a *história da salvaguarda do Património*. Na verdade, foi no decorrer dessa pesquisa que voltei a interessar-me pela história das demolições, alterações e mutilações dos bens imóveis, fenómeno(s) que, como escreveu Jorge Custódio, são "um acontecimento de relevo na história da própria evolução das atitudes de salvaguarda do património"<sup>1</sup>. Para a sua elaboração revisitámos alguns autores, desses com que há já tempo convivemos diariamente e com eles ensaia-se documentar os diferentes motivos, as variedades e alguns casos exemplares de vandalismo, bem como esboçar o retrato do(s) vândalo(s) que se distinguiram na destruição do património nacional.

## I. Introdução.

Poucas serão as temáticas que, como o Património, mantêm uma relação tão íntima e tão intensa com a Memória dos Homens.

Daí se perceber bem a diversidade, riqueza e, sobretudo, a longevidade do movimento de salvaguarda patrimonial, que Roma se ufana de fazer recuar a Augusto, quando foi entregue a conservação do património monumental da cidade a dois "curadores" dos templos e das obras públicas (*curatores aedium sacrarum et operum locorumque publicorum p. R.*), de nível pretoriano ou consular. Interessantemente, foi na mesma cidade que,

quando por ordem de Maffei Barberini<sup>2</sup> se removeram as antigas estruturas de bronze do pórtico do Panteão, em parte para erguer o baldaquino da Basilica de S. Pedro, se gritou pela cidade eterna: “*Quod non fecerunt barbari fecerunt Barberini*”<sup>3</sup>.

“Barbara” sabemos ser também, por volta de 1721, a “voracidade dos circunvizinhos” de Santiago do Cacém “que mais activa, que a do tempo, desfez [em curtos anos] aquilo mesmo, a que elle [tempo] em tantos seculos havia perdoado”<sup>4</sup>; de tal modo que o 1.º marquês de Abrantes, em jornada *arqueológica* então realizada, pôde concluir:

“[...] não ha Torres, não ha muros, não ha ponte, nem aqueducto; só existe a fonte, porque espontaneamente se manifesta; e por mais que della tirem, sempre corre, como para fugir daquelles, a quem innocente se entrega”<sup>5</sup>.

Quase a terminar o século XVIII, no *Rapport* apresentado à Convenção em 14 do Frutidor do ano III (31 de Agosto de 1794)<sup>6</sup>, o *abbé* Henri Grégoire (1750-1831), olhando os desmandos que os objectos artisticos e edificios estavam sofrendo, chamou-lhes *vandalismo*, tendo sido ele próprio – como aliás não se esqueceu de dizer nas suas *Mémoires*<sup>7</sup> – que “*criou a palavra para matar a coisa*”<sup>8</sup>. Pena foi que o voluntarioso abade, bispo de Blois e membro do *Comité d’instruction publique*, não nos tenha esclarecido porque terá optado pelos Vândalos de preferência aos Bárbaros ou aos Godos ou mesmo aos Hunos para “baptizar” os ardorosos praticantes de actos funestos às artes. Terá sido, tão-só, pela sonoridade da palavra *vandalismo*?

## II. De que fala quem fala de vandalismo?

O *vicomte* Montalembert, autor “*Du vandalisme en France. Lettre à M. Victor Hugo*”<sup>9</sup>, distingue duas grandes categorias de vandalismo: o *destruidor* e o *vandalismo restaurador*, comportando uma e outra numerosas subdivisões. Louis Réau, por seu lado, imaginou um princípio de classificação de géneros e subgéneros de vandalismo: segundo os seus autores, os motivos e os seus efeitos. Mas, no fim, concluiu:

“Na verdade, nenhum destes princípios de classificação é inteiramente satisfatório. Assim, apesar do interesse que apresentaria uma série de estudos das diferentes espécies de vandalismo: belicoso e pacífico, religioso e anti-religioso, demolidor e embelezador, pudibundo e obsceno,

urbanista e publicitário, tomámos o partido, muito mais simples, de uma exposição *cronológica* das destruições do vandalismo em França desde as grandes invasões da Alta Idade Média até aos nossos dias: é o melhor meio para pôr em evidência, simultaneamente, a sua continuidade e a sua diversidade, a sua persistência e as suas variações<sup>10</sup>.

Luis Chaves, em páginas quase esquecidas da *Brotéria*<sup>11</sup>, elencou, por seu lado, as que lhe pareciam ser as "três justificações" maiores para a actividade vandálica, a saber: o "alargamento das vias públicas" e o "embelezamento das povoações" – frequentemente traduzidas em "mais uma avenida, um mercado, uma estação de caminho de ferro, ou uma 'garage' de automoveis"<sup>12</sup> – e a "guerra ao passado e ao seu obscurantismo"<sup>13</sup>.

Ramalho Ortigão, já antes, tentara esclarecer-nos sobre os dois principais "métodos" de destruição patrimonial – ainda tão actuais – recorrendo a uma metáfora hospitalar:

"A autoridade, incerta, vagamente definida, a quem tem sido confiada a conservação e guarda da nossa arquitectura monumental, procede com esse enfermo, de quem se incumbiu de ser o enfermeiro, por dois métodos diferentes:

Umaz vezes deixa-o morrer;

Outras vezes, para que ele mesmo não tome essa resolução lamentável, assassina-o.

Na primeira hipótese a catástrofe chama-se *abandonar*.

Na segunda hipótese a catástrofe correspondente chama-se *restaurar*, galicismo técnico, recentemente introduzido no vocabulário nacional<sup>14</sup>.

Permito-me lembrar três outros "métodos" de capital importância. Primeiro, a destruição deliberada, como foi o caso em Lisboa das portas medievais de Santo Antão e da Cruz, a primeira destruída para a entrada solene do marquês de los Balbazes em 1728 e, a segunda, para passagem da estátua equestre em 1755; dos vértices da torre românica de S. João de Alporão truncados em 1785, para poder transitar por ali a berlinda de D. Maria I, em visita a Santarém; ou, já entrados no século XX, o derrube da cerca do castelo de Braga, aqui trazido em relato do *Diário de Notícias* de 17 de Novembro de 1905<sup>15</sup>:

"Realizou-se hoje a manifestação de agradecimento e sympathia que a direcção do Montepio de S. José promoveu em honra do par do reino Rodrigues de Carvalho, Visconde de Nespereira governador civil,

Dr. Soares, presidente da camara, Dr. Artur Soares, administrador do concelho, e Lopes Reis, presidente da comissão de defesa dos interesses de Braga.

Tomaram parte na imponente manifestação todas as associações de classe, acompanhadas por quatro bandas de musica, e muito povo.

Os manifestantes, percorrendo as ruas, aclamavam delirantemente os cavalheiros citados, chegando ao delírio quando principiou a demolição da muralha”.

Em segundo lugar, a omnipresente ignorância que, apesar da existência entre nós, a partir da segunda metade do século XIX, desses “velhos graves, d’oculos, diplomados pela Academia, pela sociedade dos archeologos, ou pela comissão protectora dos monumentos”, de que nos fala Fialho<sup>16</sup>, fez várias Câmaras Municipais responder ao inquérito de 1905 da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* sobre a existência pelo país de pelourinhos, cruzeiros e outros monumentos, como o Vice-Presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul:

“Respondendo ao officio de V. Exa de 19 de Junho proximo findo, tenho a honra de informar que no territorio d’este municipio não há pelourinhos, cruzeiros ou outros monumentos de valor, que mereçam especial menção”.<sup>17</sup>

De igual geito responderam autarcas de Coruche, Monforte, Estarreja, Felgueiras, Mourão, Penalva do Castelo, Caldas da Rainha, Portalegre, Almada, Castelo Branco. Retenho, a propósito, a resposta de Lagos:

“Respondendo ao officio de V. Exa de 19 de Junho ultimo, tenho a honra de informar que em Lagos ou concelho não existem monumentos de valor historico ou archeologico”.<sup>18</sup>

Da cidade do Porto, na resposta dada em 10 de Julho de 1906, podia ler-se:

“[...] cumpre-me informar, que são infelizmente poucos os monumentos históricos e archeologicos, que existem dentro da area do Municipio, e no que se refere especialmente, a pelourinhos e cruzeiros, a lacuna é grande”.<sup>19</sup>

Finalmente, a apatia – que “é a corrupção das artes, é a mãe da barbárie”, como ensinou André de Resende na sua *Oratio pro rostris*<sup>20</sup> - que fez, por exemplo, com

que os já citados "velhos graves, d'oculos", ora os da *Comissão dos Monumentos Nacionaes*, que, alertados desde 1910 por Júlio de Castilho em carta publicada no *Diário de Notícias*<sup>21</sup> (Ver anexo), demorassem três anos a deslocar-se ao "lugar do crime", no caso vertente, o arco de Santo André, vizinho do palácio do conde da Figueira.

### III. Lisboa: um caso exemplar

Para além destes casos, retomo as palavras de Ramalho, para dizer que "[...] levaria muito tempo e seria excessivamente triste enumerar todos os atentados de que têm sido e continuam a ser objecto, perante a mais desastrosa indiferença dos poderes constituídos, os monumentos architectónicos da nação"<sup>22</sup>. Entre a documentação que vimos coligindo sobre a "guerra ao passado" e aos seus símbolos, destaca-se a ligada à extinção e destino dos conventos da capital em sequência da promulgação do Decreto lei de 30 de Maio de 1834, que granjeou a Lisboa o *nobre* título de "casa capitular dos arrazadores" (Herculano). Não esquecendo Gonzaga Pereira, a quem devemos o primeiro inventário dos conventos usurpados<sup>23</sup>, revolvemos um "balanço" de Norberto de Araújo dado à estampa há meio século no *Diário de Lisboa*, sob o título *Para que têm servido os Conventos em Portugal*:

"Queremos lembrar que, depois de 1835, a seguir à extinção das ordens religiosas, muitas dezenas de conventos de Lisboa serviram de aquartelamentos. E ainda hoje, transformados ou não, seguem aquele destino militar ou militarizado.

O convento das Necessidades, dos religiosos de S. Filipe Neri, só há pouco tempo deixou de ser sede do Quartel General do Governo Militar de Lisboa e de outros serviços.

O convento da Penha de França, dos Agostinhos Descalços, alojou, sucessivamente, os regimentos de Artilharia 1 e 4, Infantaria 12, Infantaria 1, batalhão de Artífices Navais, depois o Regimento de Telegrafistas, e, a seguir, a um destacamento misto, o 1.º Grupo Ligeiro de Artilharia Anti-aérea.

O convento da Graça, dos Eremitas de Santo Agostinho, é sede de uma companhia de saúde e de adidos, depois de ter albergado, a partir de 1834, Infantaria 10, Infantaria 5, durante muitos anos, episódicamente Infantaria 32 e 30, um esquadrão da G.N.R. e duas companhias de reformados.

O convento dos Loios, dos cónegos de S. João Evangelista, serviu de quartel da Guarda Municipal, e hoje de uma companhia da G.N.R.

O convento dos Paulistas é também sede de uma companhia da G.N.R., que sucedeu à Guarda Municipal, como esta a um batalhão de artifices engenheiros.

O convento de S. João de Deus, nas Janelas Verdes, é sede de um batalhão da G.N.R., depois de ter albergado, durante muitos anos, Infantaria 2.

O convento do Carmo dá instalação ao comando-geral da G.N.R. e a unidades de cavalaria e infantaria.

[...]

Os hospitais militares também se instalaram, e estão, em antigos conventos.

O Hospital Militar Principal ocupa o antigo convento de Nossa Senhora da Estrela, e um serviço hospitalar militar instalou-se no antigo convento da Boa-Hora, na Ajuda. Uma parte da cerca do convento do Coração de Jesus, na Estrela, é também hospital militar.

O Hospital da Marinha instalou-se desde há muito, após transformações, no edifício que foi dos Jesuítas de S. Francisco Xavier, sucedendo ao hospital da Armada Real.

[...]

Em resumo: 19 edifícios conventuais, pelo menos, estão dados à tropa ou a seus serviços. Há a notar, ainda, o quartel principal dos Bombeiros, da Avenida de D. Carlos, que ocupa o antigo convento da Esperança, muito transformado.

Mas os conventos serviram para tudo. Eis uma síntese, incompleta sem dúvida.

Hospitais estão nos edifícios de antigos conventos de Santa Marta, Santo Antão (Hospital de S. José), Capuchos, Desterro, Rego e Rilhafoles.

Asilos ou casas de assistência estão nos Jerónimos e na Madre de Deus (Casa Pia), no convento de S. João Nepomuceno (Asilo de Santa Catarina), no antigo convento das Salésias, no que já foi o convento da Conceição, em Marvila, no de S. Pedro de Alcântara (Misericórdia), no edifício da Companhia de Jesus (S. Roque), no convento dos Cardais, das Carmelitas (cegas), no antigo Conventinho (Santa Engrácia), e recolhimentos de senhoras nos conventos da Encarnação, de Santos-o-Novo, dos Agostinhos (grilos), no Beato, nas casa de Lázaro Leitão, Cruz da Pedra. O convento do Rato é sede da Direcção Geral de Assistência<sup>24</sup>.

Acrescente-se que algumas igrejas paroquiais de Lisboa também não escaparam ao camartelo liberal. Santa Marinha, por exemplo, sabemos que "hera templo digno de conservação pela sua antiguidade; porém he hum dos que o

Governo mandou transferir para ser destruído; a camera o mandou destelhar no anno de 1838, estando por dentro todas as capellas disfeitas”<sup>25</sup>. E, como se lê na *Synopse dos Principais Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa em 1836*, Santa Marinha – tal como S. Martinho, S. Tomé e Santo André – foram demolidas pela “Municipalidade [...] em razão da segurança publica dos viandantes, como porque ficando d’este modo aquelles locaes mais espaçosos e salubres, resulta d’aqui grande beneficio e commodidade aos administrados”<sup>26</sup>.

#### IV. Do património imóvel ao móvel

Entre os momentos mais vorazes da nossa história patrimonial, *O Seculo*, de 9 de Dezembro de 1897, apontava:

“O terremoto de Lisboa em 1755, a fuga da familia real para o Brasil e a invasão francesa começaram a devastação das nossas riquezas artisticas, que no nosso seculo continuou incessantemente, graças á ignorancia do nosso povo e ao desleixo imperdoavel dos governantes, primeiro, durante as luctas civis de D. Pedro e D. Miguel e por occasião da abolição dos conventos, e depois, nestes ultimos conçoenta annos, pelas incessantes visitas de viajantes estrangeiros, vindos de proposito a Portugal para adquirirem preciosidades artisticas, das quaes o nosso povo por absoluta ignorancia facilmente se desfaz”.

Apesar de muito menos referidos na literatura *conservacionista*, quando da abolição dos conventos se deu a secularização dos seus bens, os objectos de arte – ourivesaria, cerâmica, tapeçaria, mobiliário, pintura, etc. – existentes nesses templos foram também flagelados pelo vandalismo. Um curto excerto das “*Copias das Ordens que se expediram ao Administrador Geral do Districto de Coimbra sobre os objectos preciosos pertencentes aos extinctos Conventos daquelle Districto*”, bem como um segundo, retirado das “*Copias das informações dadas pelo Administrador Geral do Districto de Coimbra, em cumprimento das Ordens que se expediram pelo Thesouro Publico, a respeito dos objectos dos extinctos Conventos*”, que a seguir se publicam, ilustram, à saciedade, o desleixo então (1840) vivido pela património nacional:

“Manda Sua Magestade a Rainha [...] que o Administrador Geral do Districto de Coimbra envie com toda a brevidade ao mesmo Thesouro os Inventarios originaes das alfaias preciosas de cada uma das Casas Religiosas extinctas [...] e, quando os não haja, declare que destino tiveram [...]”

"[...] impossível é verificar hoje quaes, e quantas dessas peças pertenciam a cada uma das Casas Religiosas supprimidas [...] neste estado pois de confusão, talvez promovido muito de proposito para fins em que eu não entro, mas que ninguem desconhece [...]"<sup>27</sup>.

Muito a propósito, escreveu o autor de *Os Gatos*:

"Bastar-lhe-ia [ao Estado] ter organizado a fiscalisação dos templos e claustros, sob um regimen serio e implacavel, de cuja pratica fossem desviados os salafrarios que toda a Lisboa conhece, e que, mancomunados co'as freiras, desviaram das collecções nacionaes o que acharam de bom, no espolio d'aquellas casas. O resultado da incuria, viu-se. Começaram a apparecer trypticos e cruces, baixos relevos sacros e paramentos, oratorios e estatuetas, quadros, loiças da China, e vidrarias de character cultural, por todos os palacios de Lisboa, por todos os bric-a-bracs publicos da Baixa, nas mãos de todos os bispos, de todos os ministros, de todos os governadores civis, de todos os banqueiros, e de todos os archeologos. Só as Janellas Verdes não lograram dar guarida, nas suas vitrines, senão a frangalhos de cazulas e a levantarias amolgadas, que os ferro velhos não quizeram! Agora já pouco resta por hi que adquirir ou vigiar. Raros conventos teem madres, e esses que inda teem madres, já não possuem nada de valor".<sup>28</sup>

## V. O retrato do vândalo

Para terminar, uma palavra para esboçar a figura do vândalo. Sugiro que recorramos a *O Panorama* onde Herculano balanceará entre as expressões vândalo e bárbaro (e as suas variantes), tal como o Victor Hugo da *Guerre aux démolisseurs!*<sup>29</sup> – e não será este o único paralelo incontestável com a intervenção patrimonial huguesca. Mas, eventualmente mais interessante do que as razões de uma opção linguística, ou o martirológico dos monumentos, que também esboça, é, sem dúvida, o retrato que o autor de *Opúsculos*, campeão da causa patrimonial entre nós, traça do "arrazador":

"Corre o vandalismo despeado de um a outro extremo do reino, e tudo assola e desbarata: e o mais é que não ha colhe-lo ás mãos e affogallo; porque semelhante a comico perfeito, desempenha todos os papeis, e veste-se com todos os trajes. Aqui é vereador municipal; alli administrador de concelho; ora é ministro; logo deputado; hoje escritor;

amanhã empregado publico; corre na carruagem do fidalgo; faz assentos de debito e credito no escriptorio do mercador; dá syllabadas em latim de missaes; préga por cafês sermões de economia política, e direito público; capitanea soldados; vende bens nacionaes; ensina sciencias; emfim é tudo, e mora por toda a parte. Attento a que não sôe em nenhum lugar uma unica voz do passado, esbraveja, argumenta , esfalpa-se; e é necessario um ruido de monumento desabando, para que elle adormeça por um pouco, e repouse da sua perpetua lida.

Apesar desta ferocidade do vandalismo não se crêa que elle é des-cuidado no vestido, medonho de catadura, descomposto nos ademanes; não senhores! O vandalismo é aprimorado no traje, lhano no gesto, cortez no tracto. Encontra-lo-heis nas sallas requebrando as damas, dançando, tomando chá; vereis que entende francez e inglez; que leu Voltaire e Pigault-Lebrun, e que sabe quasi ler e escrever portuguez. O vandalismo é cortezão, civil, e affavel. Que não veja um monumento, e será o ente mais pacifico deste mundo".<sup>30</sup>

## VI. Conclusão (provisória)

O segredo do vandalismo poderá estar, como sugeriu Alexandre Herculano, na sua capacidade de transformações físicas – tal como a *Alice no País das Maravilhas* – transformações neste caso não induzidas por comer ou beber algo, mas pela *simples* presença de bens patrimoniais: sejam os *lugares*, como os sítios arqueológicos ou as zonas históricas dos aglomerados urbanos; os *edifícios*, da catedral ao moinho de água, do palácio à casa de adobe, do castelo à manufactura; mas também os *equipamentos*, como a alfaia agrícola ou a velha máquina a vapor e, ainda, os *objectos*, do ostensório ao azulejo, da lapide romana ao instrumento científico caído em desuso, do prato de cerâmica à cana do vidreiro, em que as comunidades – locais, regionais, nacionais e internacionais – se reconhecem pela mediação da memória.

Talvez por ser assim o vandalismo tem sobrevivido e, com a florescência de *novos patrimónios* que caracteriza os dias de hoje, ameaça ter muitos amanhã. Quanto a nós continuamos a pensar que o Património – ou *Patrimónios* – não estão condenados a um epilogo triste. E porquê? Porque cremos vivamente na epigrafe de Serge Tisseron que abre este trabalho, apesar de, como diz o mesmo autor, “entre l’homme et ses monuments, le conflit est permanent. Les monuments sont tantôt ses alliés et tantôt ses adversaires”.<sup>31</sup>

## Anexo

### O Arco de Santo André

Do illustre escriptor e investigador infatigavel sr. visconde de Castilho recebemos a seguinte carta, de que muito gostosamente damos a immediata publicidade:

"Sr. redactor: Permita-me v. que o tome para confidente da magua que sinto, ao acabar de saber que se projecta a demolição do Arco de Santo André. Oiço que é para commodidade da linha do elevador da Graça.

Nada mais benemerito do que é a Companhia que instaurou e mantém esse melhoramento dos ascensores mechanicos; os serviços que tem prestado, toda a Lisboa os reconhece e louva, certamente; mas há considerações, que por si mesmas se impõem quando se trata de beneficios materiaes. O velho Arco de santo André protesta em nome do passado, porque se acha intimamente ligado com a Historia de Portugal.

Não é aqui o logar de descrever a cerca d'elrei D. Fernando I, cinta de pedra levantada como por milagre desde 1373 até 1375, sendo director da cobstrucção João d'Almada; basta lembrar que essa cerca livrou da invasão castelhana a cabeça da monarchia.

Não lhe valeu essa circumstancia; a ingratição de successivas vereações tem vandalizado o que restava dessa coiraça de pedra; as suas portas desapareceram: a da Cruz, para a passagem da estatua equestre em 1775; a de Santo Antão, para a entrada solemne do marquez de los Balbazes em 1728; etc., etc. Resta a da Mouraria (Arco do Marquez do Alegrete), e resta a de Santo André. Esforcêmo-nos por preserva-las de total destruição. Estes padrões assim nobilitam uma cidade; são documentação preciosa dos seus feitos; melhoram a alma popular; mantem o fogo sagrado do patriotismo.

É bem de esperar que a illustrada Companhia desista do seu proposito; e é probabilissimo que, no proprio momento em que se celebra o centenario de Alexandre Herculano, a vereação lisbonense, á frente da qual se acha um elevado espirito, um historiador emerito, um estudioso como poucos, e um mantenedor das tradições nacionaes, não consinta mais esta profanação.

Pelo lado propriamente historico haveria aqui immenso que dizer, descrevendo factos interessantes de cinco seculos. Essas considerações mereceram a algumas antigas camaras muita attenção, desde o

“instrumento de diligencia” de 1509, até ao “alvará” de 1772. Tenho fé em que a camara actual escutará attenta essas tradições.

Pelo lado material, é muito de recear que a demolição do Arco vá comprometer a segurança do palacio de s. ex.<sup>a</sup> o conde da Figueira, vivenda historica ali erguida desde o seculo XV, e um dos rarissimos exemplares que ainda nos restam das edificações nobres da vetusta Lisboa.

Confio em que, tanto a Companhia como a Camara, se compenetrem do caso, e não deem o miseravel espectáculo do desrespeito áquelle veterano sem salario, áquelle pobre Arco inoffensivo, que nada nos pede, senão que o deixemos continuar a ser o que sempre foi: testemunha calada e eloquente de glorias da cidade. Quando lá fóra tanto se venera o passado, não dê Lisboa mais uma prova de tradicional menosprezo aos seus proprios brazões.

O *Diario de Noticias* certamente advogará esta boa causa, como há quarenta annos tem advogado tantas outras. A “Commissão dos Monumentos Nacionaes”, e a “Real Associação dos Archeologos”, hão de sem duvida levantar a sua voz.

Inspire-os a sombra de Herculano.

Lumiar, 14 de março de 1910.

Sou, sr. redactor, de v. etc., *Julio de Castilho*.”

## Notas

<sup>1</sup> Jorge Custódio, "Antecedentes históricos acerca da defesa, salvaguarda e conservação do património edificado histórico-monumental e urbanístico de Santarém", p. 20.

<sup>2</sup> Papa Urbano VIII.

<sup>3</sup> Juka Jokilehto, *A History of Architectural Conservation*, Oxford, Butterworth Heinemann, 1999, p. 39.

<sup>4</sup> Ver *Noticias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 31 de Julho de 1721*.

<sup>5</sup> *idem, ibidem*.

<sup>6</sup> Autores há para quem a invenção da expressão, também por Grégoire, ter-se-á dado no seu *Rapport sur les inscriptions publiques* de 21 de Nivoso do ano II, i.e., 10 de Janeiro de 1794. Outros, ainda, entregam a paternidade a Joseph Lakanal, que foi presidente do *Comité d'instruction publique* da Convenção, em relatório apresentado pelo próprio em 4 de Junho de 1793 e que começava assim: "Citoyens, les monuments des beaux-arts qui embellissent un grand nombre de bâtiments nationaux reçoivent tous les jours les outrages du vandalisme". Sobre vandalismo ver, por todos, *Révolution française et "vandalisme révolutionnaire"*, Paris, Universitas, 1992.

<sup>7</sup> Escritas em 1808 e publicadas em 1832.

<sup>8</sup> No original: "Je créai le mot pour tuer la chose".

<sup>9</sup> In *Revue des Deux Mondes*, 1883. É também autor *Du vandalisme et du catholicisme dans l'Art*, 1839.

<sup>10</sup> Louis Réau, *Histoire du Vandalisme. Les Monuments détruits de l'art Français*, Paris, Robert Laffont, 1994, pp. 25-26 (tradução nossa).

<sup>11</sup> Luis Chaves, "As injúrias do homem nos monumentos", in *Brotéria*, vol. XVII, fasc. 4, Outubro de 1933, pp. 208-219.

<sup>12</sup> *O Archeologo Português*, vol. XII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, p. 202.

<sup>13</sup> Luis Chaves, ob. cit, p. 213.

<sup>14</sup> Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, A. M. Pereira, 1896, p. 24.

<sup>15</sup> Correspondência de Braga, datada do dia 15. Acrescento, a propósito, uma notícia lida em sessão do Conselho dos Monumentos Nacionais, em 5 de Dezembro de 1906 e citada pelo *O Archeologo Português*, vol. XI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906, p. 319: "A falta de tal sentimento manifestou-se claramente ainda há pouco, por ocasião da demolição das muralhas do seu venerando castello, saudada nas ruas com estrondosas aclamações pela populaça, que levava à frente, em lugubre procissão alguns magnates da cidade. A demolição, a que (Albano) Bellino, com outros raros patriotas, de Braga e de fóra, tinha em vão tentado oppor-se, determinou nelle violenta commoção moral: e o saudoso archeologo era logo em seguida acommettido de apoplexia, da qual, com outras complicações morbidas, veio a morrer em Guimarães, em 2 do corrente, na idade de 43 annos".

<sup>16</sup> Fialho d' Almeida, *Os Gatos*, n.º 1, Agosto de 1889, p. 56.

<sup>17</sup> Lembro a existência no concelho do Castro de Cárcoda: Castro de Nossa Senhora da Guia, Capela e Adro de Nossa Senhora da Guia (MN); Castro do Banho; Construção conhecida por Piscina de D. Afonso Henriques - complexo termal romano, com importantes remodelações realizadas nos séculos XVI, XVII e XVIII (MN); Convento dos Franciscanos (São José), Palácio de Reriz; Pedra da escrita; Ponte da barreira sobre a Ribeira de Vessa e a Ponte de Manhouce. Ver, a propósito, "Concelho de São Pedro do Sul", in *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, Lisboa, IPPAR, 1993, vol. III, pp. 48-51.

<sup>18</sup> Barragem romana da Fonte Coberta, Castelo da Senhora da Luz, Estação arqueológica de Monte Molião, idem da Praia da Luz, Igreja da Luz, Igreja de Santo António (MN), Igreja de São Sebastião (MN), Muralhas e torreões de Lagos (MN). Ver, "Concelho de Lagos", in ob. cit. nota supra, pp. 16-17.

<sup>19</sup> Associação dos Arqueólogos Portugueses, Arquivo, Caixa 24.

<sup>20</sup> Citado por Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 188.

<sup>21</sup> Em 16 de Março de 1910. Pelo seu muito interesse para a história da salvaguarda/destruição do património, nomeadamente lisboeta, publica-se em anexo.

<sup>22</sup> Ramalho Ortigão, ob. cit., p. 25.

<sup>23</sup> *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1937.

<sup>24</sup> *Diário de Lisboa*, de 25 de Agosto de 1950 republicado in *Olisipo*, ano XIII, n.º 52, Outubro de 1950, pp. 173-175.

<sup>25</sup> Gonzaga Pereira, ob. cit., p. 450.

<sup>26</sup> *Synopse dos Principais Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa em 1836*, p. 18.

<sup>27</sup> *Diário do Governo*, n.º 59, de 14 de Fevereiro de 1840, pp. 202-203.

<sup>28</sup> Fialho d'Almeida, op. cit., n.º 6, 10 de Julho de 1890, pp. 9-10.

<sup>29</sup> 1.ª edição 1825, 2.ª 1932. Ver Patrice Béghain, *Guerre aux démolisseurs!*, Vénissieux, Éditions Paroles d'Aube, 1997.

<sup>30</sup> "Monumentos II", in *O Panorama*, vol. II, n.º 70, 1838, p. 275.

<sup>31</sup> Cf. *Les Cahiers de médiologie*, (dir. Régis Debray), n.º 7, Paris, Gallimard, 1999, p. 214.